

Clipping
09.01.2009

Sem respaldo de Yeda, Mariza se diz “ex-governo”	1
Despesas com funcionalismo caem no RS.....	2
IR sobre 10 dias de férias vendidos será devolvido	2
Lula sanciona lei que permite interrogatório à distância	3
Denise Nunes - IPEA: FUNCIONALISMO BANCOU O AJUSTE.....	3
Plano de saúde de servidor abre nova crise na Câmara	4
Câmara diz que vai avaliar acordo dos servidores.....	5
Trabalhador poderá investir o FGTS em novo fundo em maio	5
Vale suspende férias para 450 funcionários.....	6
Perder emprego é maior temor, afirma pesquisa.....	6
Ex-executivo nos EUA acusa Petrobras de receber propina.....	6
Montadoras dão licença e novas férias coletivas a funcionários	7
Governo quer dificultar demissão após a suspensão do contrato.....	8
Fiesp e Força negociam formas de evitar cortes	9
Mercado melhor faz VALE suspender férias coletivas de 450 em MG	10
Para sindicatos, sistema de aposentadoria em 30 minutos é restrito a minoria	11
Vitor Mallmann - Presidente da Quattor.....	12
Analistas descartam ações de petroquímicas em 2009	15
TJ-ES exonera 13 servidores ligados aos juízes acusados de vender sentenças.....	17
Empresa deve indenização por danos morais de R\$ 4 mil a empregado demitido.....	18

Sem respaldo de Yeda, Mariza se diz “ex-governo”

Apesar de ter dado prazo até segunda-feira para que a governadora Yeda Crusius diga se deseja sua permanência na Secretaria da Educação, nos bastidores Mariza Abreu já se considera “ex-governo”. Ela pretendia ter saído na última terça-feira, mas Yeda pediu que permanecesse pelo menos por mais alguns dias, até para que sua demissão não coincidissem com a do secretário da Fazenda, Aod Cunha. – Não há mais clima para a permanência de Mariza no governo – disse ontem um integrante do Piratini.

O sinal que poderia fazer a secretária desistir da demissão é uma garantia de Yeda de que dará respaldo político a propostas polêmicas:

1. A secretária esperava aval da governadora para que o líder do governo na Assembleia, Pedro Westphalen (PP), feche questão em torno da manutenção do veto ao projeto que anistiou o corte de ponto dos professores grevistas no final do ano passado. A anistia foi introduzida pelos próprios deputados num projeto sobre outro tema e teve apoio de deputados da base.
- 2 Mariza queria um voto de confiança para adotar rigor diante de uma possível greve do magistério no início do ano letivo, em março.
- 3 A secretária cobrava empenho do Piratini na aprovação da revisão do plano de carreira do magistério. No balanço de fim de ano, Yeda disse que 2009 será o ano da revisão das carreiras, mas deixou claro que só mandará o projeto para a Assembleia se ficar claro que as mudanças têm o apoio da sociedade. O Piratini pretende submeter o assunto a consulta pública pela internet e assembleias. Mariza suspeita que a governadora adotará uma linha mais conciliadora e evitará comprar brigas.

Governadora e secretária não se cumprimentaram em evento

As duas deveriam ter se reunido na tarde de quarta-feira, mas Yeda protelou o encontro. Ontem, elas participaram do encerramento do Seminário Estadual do PSDB, no Ritter Hotel, na Capital, mas nem se cumprimentaram. Enquanto a governadora qualificava setores da oposição de “stalinistas” em discurso, Mariza demonstrava inquietude: circulou entre as cadeiras, trocou de lugar, bebeu água, conversou com conhecidos, recebeu abraços e frases de apoio. Quando Yeda falou que o governo exigia sacrifícios, a secretária cruzou os braços e mordeu os lábios.

A governadora confirmou que vai mexer na equipe:– No dia 22 de janeiro, vamos apresentar a agenda estratégica do governo para 2009 e quem vai tocá-la. Vai haver uma certa mudança de cadeira. Mas creio que a dança de cadeiras vocês vão saber mais rápido – disse Yeda ao ser questionada por jornalistas.

Em entrevista ao programa Gaúcha Atualidade, Mariza disse que todas as mudanças que não precisavam de aval da Assembleia foram encaminhadas:– Ou damos um passo seguinte, que é a mudança da legislação, ou vamos continuar fazendo o que já fizemos. Eu gostaria de continuar fazendo as mudanças estruturais na educação gaúcha.

O Cpers rejeita toda e qualquer proposta que signifique mudança no plano de carreira.– Não aceitaremos em hipótese alguma qualquer proposta que implique perda das nossas conquistas – avisou a presidente do Cpers, Rejane de Oliveira.

Futuro líder do PT, o deputado Ronaldo Zülke não vislumbra qualquer possibilidade de a Assembleia aprovar mudanças no plano de carreira.– Qual é o deputado que vai querer ter os professores batendo sineta na frente das suas casas? – pergunta?

A alteração do plano de carreira, com a instituição da remuneração variável de acordo com o desempenho de alunos e escolas, é uma das contrapartidas negociadas pelo governo gaúcho com o Banco Mundial para obter o empréstimo de US\$ 1,1 bilhão. leandro.fontoura@zerohora.com.br - rosane.oliveira@zerohora.com.br

ZERO HORA

Despesas com funcionalismo caem no RS

Comparação de gastos de pessoal com receita teve média anual de -2,5%

Entre 1995 e 2006, o Rio Grande do Sul foi o único Estado brasileiro em que as despesas de pessoal caíram em relação às receitas. De acordo com levantamento apresentado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em média, os gastos do governo gaúcho com o funcionalismo diminuíram 2,5% no período.

Segundo os pesquisadores Marcelo Piancastelli e Rogério Boueri, responsáveis pelo levantamento, o resultado indica dois movimentos distintos no país: por um lado, os Estados esforçaram-se para atingir os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pelo outro, os números indicam que grande parte dos governos dos Estados está arrochando salários do funcionalismo.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi, em média, de 7,9% entre 1995 e 2006 e 21 das 27 unidades da federação tiveram crescimento das despesas inferior a este percentual – com o Rio Grande do Sul sendo o único a diminuir gastos com o funcionalismo. Conforme o especialista em finanças públicas Darcy Carvalho dos Santos, o resultado não surpreende porque o governo gaúcho necessitava de um controle mais radical nos gastos para se aproximar do que determina a LRF.– Além de não repor integralmente a inflação nos salários, o que o Estado fez foi deixar de preencher as vagas dos servidores que se aposentaram ao longo do tempo. Enquanto o número de servidores da ativa cresceu 4,1% entre 1991 e 2006, o número de aposentados cresceu 68% em igual período – diz Santos.

Estados aumentaram despesas de custeio, afirma documento

A pesquisa do Ipea trouxe outros dados. As despesas de custeio dos Estados cresceram frente ao Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país. Passaram de 1,1% do PIB em 1995 para 6% em 2006. São despesas de custeio aquelas indispensáveis à atividade, como aluguel de salas, gastos com água, luz, telefone, material de consumo e outros.

Os investimentos públicos estaduais andaram na contramão: no mesmo período, caíram de 2,2% para 0,9% do PIB.

A avaliação dos pesquisadores do Ipea é de que as despesas de custeio se tornaram o canal pelo qual os Estados passaram a se utilizar para elevar os gastos correntes.

ZERO HORA

IR sobre 10 dias de férias vendidos será devolvido

Os contribuintes que, desde 2006, tiveram retido o Imposto de Renda relativo ao pagamento de 10 dias de férias vendidos podem receber o tributo de volta. Para que a restituição seja feita, é preciso apresentar à Receita Federal uma declaração retificadora do ano em que parte das férias foi vendida à empresa.

Há alguns anos, a cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) sobre os 10 dias de férias vendidos vinha sendo questionada na Justiça, que tem decidido contra o interesse da Fazenda Nacional. Em razão disso, em 2006, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editou ato declaratório dispensando os procuradores do órgão de recorrerem sobre a matéria. Esses recursos são onerosos para a União.

Apesar do ato declaratório, ainda havia muita dúvida, por parte das empresas. Por isso, a Receita Federal publicou, nesta semana, uma solução de divergência, comunicando às suas unidades que os recursos originários da venda de 10 dias de férias não devem gerar retenção do IRPF.

A mudança representa uma boa sobra para o contribuinte. Um trabalhador com salário de R\$ 3 mil receberia R\$ 1 mil pelos 10 dias de férias vendidos. Se o IRPF incidisse sobre todo o montante recebido (total recebido menos o INSS incidente sobre o valor), ele seria de R\$ 317,16, levando em consideração já as alíquotas da nova tabela do IRPF. Excluindo os recursos referentes aos 10 dias de férias, esse imposto cai para R\$ 131,66. No caso de um salário bruto de R\$ 5 mil em que os 10 dias de férias equivaleriam a R\$ 1.666,66, o IRPF a ser retido cai de R\$ 1.078,46 para R\$ 620,13.

Brasília

Saiba mais

Como reaver o IR pago

Quem teve Imposto de Renda retido na venda de férias a partir de 2006 pode apresentar uma declaração retificadora ao Fisco via internet (www.receita.fazenda.gov.br). O trabalhador deve informar que os rendimentos decorrentes da venda de férias ou do pagamento do 1/3 de férias vencidas e não gozadas são não-tributáveis.

ZERO HORA

Lula sanciona lei que permite interrogatório à distância

Apesar de estar de férias na Bahia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a lei que permite a realização de interrogatórios de presos por videoconferência.

De acordo com o projeto aprovado pelo Congresso Nacional, cabe ao juiz avaliar o uso da videoconferência, como em casos de risco de segurança ou quando o réu estiver doente.

Só no Estado de São Paulo, o governo estima que, com a videoconferência, economizará cerca de R\$ 6 milhões por ano para os cofres do governo estadual, o que poderá significar mais 700 homens no policiamento das ruas.

Lula está de férias na Base Naval de Aratu, na Bahia e sancionou a lei utilizando a assinatura digital. A decisão será publicada no Diário Oficial de hoje.

ZERO HORA

Denise Nunes - IPEA: FUNCIONALISMO BANCOU O AJUSTE

O estudo 'Dívida dos Estados 10 Anos Depois', dos pesquisadores do Ipea Marcelo Piancastelli e Rogério Boueri, mostra que o Rio Grande do Sul foi o único estado cuja despesa com pessoal caiu entre 1995 e 2006: 2,5%. Na média dos estados houve aumento de 2,76% (o IPCA no período foi de 7,94%). A relação entre as despesas com pessoal e a Receita Corrente Líquida (RCL) passou de 61,68% para 41,3%, à frente apenas de SC, SE e SP. No quesito receita tributária, sempre tão polêmico, o aumento real no RS foi de 4,72% contra a média de 8% dos estados. O estudo revela que, ao contrário das despesas com pessoal, os gastos dos estados com custeio foram quintuplicados nesse período, passando de 1,1% do PIB para 6,09%. Já os investimentos caíram de 2,2%, em média, para 0,94%. Explicação: por estarem livres dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com custeio dispararam a partir de 2000. Passaram de 15% (1995) para 40% (2006) da RCL.

EXEMPLO NEGATIVO

O RS é citado no estudo como um mau exemplo fiscal (a análise vai até 2006, que fique claro) e atribui a isso a aprovação do empréstimo do Bird pelo Senado, em 2008, apesar de o estado não cumprir todos os requisitos. De bom: o RS possui alto índice de autonomia fiscal: 0,83, atrás apenas de São Paulo, com 0,90.

O MAL É A DÍVIDA

O estudo, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, conclui: 'Não fosse a existência de passivos contingentes (precatórios) e as deliberações que hão de vir do Congresso a esse respeito, a obtenção de resultados nominais consolidados para o conjunto dos estados não se apresentaria como objetivo permanente inatingível'.

CORREIO DO POVO

Plano de saúde de servidor abre nova crise na Câmara

Menos de 24 horas depois de a Mesa Diretora da Câmara ter decidido mudar as regras e ampliar a 12 mil servidores comissionados o acesso a um plano de saúde subsidiado pela Casa, o sindicato que gerenciará o novo sistema já tem praticamente definida, sem recorrer a licitação, a operadora que ganhará o contrato milionário.

Ontem, alguns deputados já começavam a discutir a possibilidade de pressionar a Mesa a revogar a decisão, entre eles o primeiro-secretário da Casa, Osmar Serraglio (PSDB-PR).

O presidente do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União), Magno Mello, confirmou à Folha que estão avançadas as negociações com a Amil.

"O plano já está praticamente acordado. Foi a operadora quem deu o preço para competir. Eles têm experiência e conseguiram dar o produto que precisávamos por esse preço."

Anteontem, o sindicato levou dados da Amil à reunião da Mesa em que foi decidida a mudança nas atuais regras. O objetivo da reunião era discutir o fim do ressarcimento integral de despesas de saúde dos deputados. Mas a intenção do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT), que tentava emplacar uma medida moralizadora às vésperas de se despedir do cargo, foi frustrada com o adiamento da decisão. No entanto, integrantes da Mesa acabaram aprovando medidas que aumentarão gastos da Casa.

Ontem, ao dar explicações a Serraglio sobre como funcionará o novo sistema, novamente os dados apresentados eram da Amil. O deputado disse ter recebido, ao fim do encontro, um CD da empresa com explicações sobre o plano.

Quinze minutos depois de ter terminado a reunião da Mesa que referendou a mudança, o Sindilegis enviou e-mail aos seus associados afirmando "já estar em contato com uma operadora que assegurou, com um pequeno acréscimo de preço, promover a mesma cobertura assegurada pelo" plano atual.

Aumentando a polêmica, deputados que integram a Mesa Diretora foram surpreendidos ontem com a informação de que, na reunião entre eles na véspera, o sindicato levava um representante do setor privado. Farias Pereira de Souza é um dos sócios da Afinidade, grupo especializado na administração e consultoria de planos privados de assistência à saúde.

Pedindo anonimato, parlamentares afirmaram à Folha que Souza seria ligado à Amil, mas o presidente do Sindilegis negou: "Essa é uma empresa com a qual temos convênio. Ele é um consultor que faz contato com o mercado todo [de saúde]". Na reunião, o consultor, ao lado de Mello, ajudou a convencer os deputados pela mudança para o novo sistema.

Hoje, a Câmara conta com o Pró-Saúde, que atende 3.500 funcionários concursados e um grupo de cerca de 200 parlamentares. O plano recebe R\$ 43 milhões anuais da Câmara.

Agora, o Sindilegis intermediará a relação dos servidores com a empresa que irá oferecer os planos. Segundo Mello, a escolha da operadora não precisa de licitação porque a Câmara apenas ajuda o servidor a pagar o seu plano de saúde.

Apesar de aumentar em 12 mil o número de beneficiados, a Câmara afirma que continuará a repassar os mesmos R\$ 43 milhões. Mas funcionários ligados às diretorias financeiras da Casa dizem que isso é impossível, já que o novo plano pode chegar a R\$ 80 milhões.

Em desacordo com Mello, a própria diretoria do Sindilegis recolheu ontem assinaturas de deputados pedindo que a decisão da Mesa fosse sustada até terça, quando servidores e sindicato discutirão a proposta.

Folha de SP

[Câmara diz que vai avaliar acordo dos servidores](#)

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Por meio de sua assessoria, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que todos os participantes da reunião da Mesa de anteontem, quando foi decidida a ampliação dos planos de saúde, foram apresentados como conselheiros e diretores do Sindilegis.

Deputados ouvidos pela Folha também disseram desconhecer a presença de membros de empresa privada no encontro. Procurada, a Amil não se pronunciou.

A Câmara diz que vai avaliar os instrumentos jurídicos que o sindicato utilizará para fechar o acordo com a empresa de planos de saúde.

Ângela Costa, diretora do Grupo Afinidade, negou que a empresa tenha influência na escolha do plano de saúde escolhido pelo sindicato. Segundo ela, Farias Pereira de Souza foi à reunião, a convite do presidente do Sindilegis, Magno Mello, para esclarecer dúvidas sobre convênios.

Mello disse que convidou Souza porque o sindicato tem convênio com o Grupo Afinidade e por ele saber "tudo" sobre sistemas de saúde.

FOLHA DE SP

[Trabalhador poderá investir o FGTS em novo fundo em maio](#)

Ainda não está definido quanto cada um poderá investir em fundo de infraestrutura, mas valor total pode ir a R\$ 10 bi, diz Caixa

Rentabilidade mínima a ser garantida nos projetos de investimento é de 6% ao ano mais TR, ante 3% mais TR nas contas vinculadas do FGTS

O governo marcou para 1º de maio -Dia do Trabalho- o lançamento das regras para aplicação pelos trabalhadores do dinheiro das contas individuais no fundo de infraestrutura do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O vice-presidente de fundos da Caixa Econômica Federal, Wellington Moreira Franco, afirmou que ainda não está definido quanto cada trabalhador poderá investir, mas o valor global deve ficar em até R\$ 10 bilhões.

À Folha ele adiantou que o governo realizará uma grande campanha de esclarecimento para que o trabalhador possa fazer a opção. "A apresentação para anúncio será em 1º de Maio. Até lá, estamos fazendo estudos técnicos para definir os detalhes. Por exemplo, se o limite de 10% para aplicação será integralmente usado."

Criado em 2007, o FI-FGTS surgiu como uma das vedetes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para garantir investimentos em obras nos setores de energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e saneamento. A lei que instituiu o fundo prevê que o trabalhador poderá aplicar até 10% do saldo de sua conta vinculada nesses investimentos.

O governo esperava que, após dois anos do FI, isso seria possível, pois o fundo estaria maduro para permitir aplicação segura ao trabalhador. "O FI foi um sucesso. Nem os mais otimistas esperavam para o primeiro ano de funcionamento o desempenho que ele teve", disse Moreira Franco.

Com o quase esgotamento dos recursos para aplicação no fundo e com a dificuldade de as empresas obterem crédito para investimento lá fora, o governo decidiu antecipar a entrada dos trabalhadores no FI. Dos R\$ 17 bilhões que o FGTS tem autorizados para investir de seu patrimônio líquido no FI, R\$ 11,3 bilhões já estão contratados.

"Há demanda muito grande. Com a entrada dos trabalhadores, poderemos garantir mais recursos", afirmou Moreira Franco. "O fundo está maduro e o rendimento vai ser maior ao trabalhador", disse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

Pelas regras do FI-FGTS, a rentabilidade mínima a ser garantida nos projetos de investimento do fundo é de 6% ao ano mais TR (Taxa Referencial). Em alguns projetos, o rendimento é superior. Já o rendimento do saldo do trabalhador nas contas vinculadas é de apenas 3% ao ano mais TR.

Construtoras

Ontem, a Caixa editou circular regulamentando outro fundo criado pelo Conselho Curador do FGTS, para socorrer as construtoras. No final de 2008, os conselheiros decidiram instituir o Fundo de Investimento Imobiliário, com capital de R\$ 3 bilhões do FGTS.

O FII comprará ativos financeiros das empresas para financiar a produção de moradias. O fundo receberá das construtoras retorno de 7% a 9% ao ano -dependendo do valor das unidades habitacionais- mais TR. Agora, o novo fundo precisa ser regulamentado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Moreira Franco afirmou que a regulamentação pela comissão deverá sair rapidamente porque o FII segue os mesmos moldes que o FI-FGTS, que também teve regras de funcionamento editadas pela CVM. "Acho que ainda neste mês o fundo começará a operar. Já temos manifestações de várias empresas interessadas em utilizar esses recursos."

Ele destacou que o empréstimo às construtoras está vinculado a empreendimentos já lançados ou novos projetos. "Por enquanto o fundo tem R\$ 3 bilhões, mas há a possibilidade de esse valor ser ampliado", adiantou. Novos recursos precisam ser aprovados pelo Conselho Curador do FGTS, que é responsável pela gestão do fundo dos trabalhadores.

De acordo com a circular da Caixa, a participação do FI no empreendimento fica limitada a 80% do valor do investimento. Além disso, as unidades precisam estar enquadradas no SFH (Sistema Financeiro de Habitação).

FOLHA DE SP

Vale suspende férias para 450 funcionários

DA SUCURSAL DO RIO

Após anunciar a demissão de 1.300 funcionários e férias coletivas para outros 5.500 em novembro, a Vale decidiu suspender o período de afastamento temporário do trabalho de 450 empregados.

Os trabalhadores que não mais ficarão em casa são da mina de Fábrica Nova, em Mariana (MG). O número de empregados atingidos pela medida caiu para 5.050.

Segundo o diretor da CUTVale Jorge Campos, a empresa havia negociado com o sindicato de Mariana a suspensão temporária do contrato de trabalho com redução de vencimentos -ou seja, o afastamento não é exatamente um período de férias coletivas.

Procurada, a Vale afirmou que, em decorrência de interpretações da Justiça, as regras para a concessão de suspensão temporária do contrato de trabalho sofreram alterações. Por isso, não houve tempo hábil para se enquadrar às novas regras, e a suspensão dos contratos dos trabalhadores foi adiada.

Paralelamente, a Vale informa que as condições de mercado sinalizam uma melhora, o que abre espaço para que a mina de Fábrica Nova permaneça em operação.

FOLHA DE SP

Perder emprego é maior temor, afirma pesquisa

DA FOLHA ONLINE

A perda do emprego tornou-se a principal preocupação em 22 países, que concentram 75% do PIB mundial. Os dados são de pesquisa do instituto Ipsos Global Public Affairs.

Entre as 22 mil pessoas ouvidas em novembro, 41% veem o desemprego como o maior temor -há um ano, era o quarto. Neste ano, pobreza e desigualdade aparecem empatadas com crime e violência em segundo lugar, com 35%.

Na América Latina, a perda do trabalho é a quinta maior preocupação; crime e violência lideram.

FOLHA DE SP

Ex-executivo nos EUA acusa Petrobras de receber propina

Italiano diz à Justiça americana que subornou funcionários de estatais e empresas de energia de vários países em 2007

Total de supostas propinas pagas por Mario Corvino chegaria a US\$ 1 milhão; Petrobras não

comenta suposto suborno
DA SUCURSAL DO RIO
DE NOVA YORK

Ex-executivo de uma empresa de sistemas de válvulas de controle afirmou à Justiça dos EUA a participação num suposto esquema de pagamento de propinas no valor de US\$ 1 milhão, distribuídas a funcionários de estatais de vários países, incluindo a Petrobras.

Procurada para comentar a denúncia, a Petrobras não havia se pronunciado até a conclusão desta edição.

Segundo nota do Departamento de Justiça dos EUA, Mario Corvino, 44, cidadão italiano residente em Irvine, Califórnia, declarou-se culpado em processo de corrupção, que teve origem numa investigação do FBI sobre sua atuação como diretor mundial de vendas de uma empresa de válvulas.

A companhia, de Orange County (Califórnia), não teve seu nome revelado. Fornecia válvula de controle a indústrias nucleares, de petróleo e gás e geração de energia elétrica.

Nos documentos do acordo de Corvino com a Justiça, a empresa envolvida é citada como "Companhia A". A Folha apurou que a empresa de válvulas Control Components Inc (CCI), na região de Rancho Santa Margarita, faz negócios com a estatal brasileira.

Contatada pela Folha, a assessoria de imprensa disse apenas que "já sabia do que se tratava, mas não poderia comentar o assunto". Na noite de ontem, a CCI divulgou comunicado confirmando que um ex-funcionário fizera acordo com o Departamento da Justiça. A nota diz que "a IMI [grupo proprietário da CCI] iniciou uma investigação independente a respeito de pagamentos irregulares associados com certos contratos de venda em agosto de 2007". "Esta investigação já terminou e continuamos a esperar que a questão seja resolvida com a Justiça", afirma.

Segundo o Departamento de Justiça, foram feitos pagamentos irregulares a funcionários de estatais do Brasil, da China, da Índia, da Coreia, da Malásia e dos Emirados Árabes Unidos.

Para obter contratos, Corvino distribuiu propinas de março a agosto de 2007 a funcionários responsáveis por contratar os serviços e escolher fornecedores, relata o documento. Com o suposto esquema, a empresa lucrou US\$ 5 milhões.

Ele também confessou burlar com informações falsas uma auditoria interna, em 2004, para apurar o pagamento das comissões aos funcionários. Corvino fez acordo com a Justiça pelo qual concordou em cooperar na investigação em curso, que busca outros envolvidos. Ele irá a julgamento em julho e pode ser condenado a até cinco anos de prisão.

FOLHA DE SP

Montadoras dão licença e novas férias coletivas a funcionários

Para reduzir a produção, GM e Peugeot/Citroën concedem novas licenças; sindicato negocia pausa com a Ford na Bahia. Na última segunda-feira (5), Renault já havia anunciado suspensão, por cinco meses, do contrato de trabalho de mil pessoas em linha de produção no PR

O setor automotivo brasileiro começou 2009 com novos anúncios de paralisação e corte de produção atribuídos à queda na venda de carros registrada desde outubro, reflexo da crise econômica internacional.

As novas medidas estão sendo tomadas apesar de incentivos dados pelo governo ao setor, como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e do resultado das vendas de dezembro, que superaram as de novembro.

Primeira montadora do país a reduzir a produção por causa da crise, a GM voltou a anunciar nesta semana férias coletivas de 30 dias, desta vez para 300 funcionários do setor de motores, na fábrica de São José dos Campos (SP).

A empresa concedeu ainda licença de uma semana para outros 500 empregados da mesma planta, que atuam na montagem dos modelos S-10 e Blazer e que haviam acabado de voltar da folga de fim de ano.

Na fábrica da GM em Gravataí (RS), onde são produzidos os modelos Celta e Prisma, os 5.200 metalúrgicos que retornaram ao trabalho na segunda-feira -após 30 dias de férias coletivas- suspendem as atividades novamente no dia 19 e regressam em 6 de fevereiro.

A Peugeot/Citroën, que deu férias coletivas entre 8 de dezembro e 5 de janeiro para todos os 3.300 funcionários de sua fábrica em Porto Real (RJ), decidiu manter em casa até março cerca de 700 deles, desativando durante esse período um dos três turnos da fábrica.

O presidente da Federação dos Metalúrgicos da Bahia, Aurino Pedreira, disse que começaram nesta semana negociações com a Ford que devem resultar na concessão de licença remunerada para trabalhadores da fábrica de Camaçari ainda em janeiro.

Segundo Pedreira, existe ainda a possibilidade de novas férias coletivas na unidade a partir de fevereiro. A fábrica de Camaçari, onde são produzidos os modelos Fiesta e EcoSport, não produziu durante todo o mês de dezembro, afirmou ele.

Na segunda-feira, a Renault anunciou a suspensão por cinco meses do contrato de trabalho de mil funcionários de sua planta, na região metropolitana de Curitiba (PR). Os trabalhadores vão frequentar um curso profissionalizante e terão direito à antecipação do pagamento do seguro-desemprego.

A empresa disse que vai complementar a renda dos afastados, para que atinja o valor integral dos salários. O acordo mantém benefícios como férias, 13º salário e FGTS.

A fábrica adotou a medida de suspender os contratos de 33% da mão-de-obra da produção, em acordo com o sindicato de trabalhadores, como medida para enfrentar a crise.

"Persiste a situação de incerteza para os trabalhadores do setor automotivo. Insistimos que eles não devem pagar pela crise", disse o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates. (Fonte: Folha de S.Paulo)

Governo quer dificultar demissão após a suspensão do contrato

O trabalhador que tiver suspenso o seu contrato de trabalho, dentro das regras definidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), poderá ser compensado com um período maior de "estabilidade" no emprego nos meses subsequentes ao afastamento temporário de suas atividades. A ideia, ainda em discussão pelos técnicos do Ministério do Trabalho, é dificultar a demissão dos trabalhadores por um período igual ao da interrupção dos contratos.

A reportagem é de Isabel Sobral e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 09-01-2009.

Se a suspensão do contrato durar cinco meses, por exemplo, os trabalhadores teriam também um período de cinco meses, depois da volta ao trabalho, no qual a sua demissão se tornaria muito onerosa para as empresas. "A garantia da estabilidade no emprego no mínimo pelo período que durar a bolsa é uma boa ideia a ser discutida pelo Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador)", disse ontem o ministro Carlos Lupi, por meio de sua assessoria.

A medida, segundo técnicos do Ministério do Trabalho, poderia ser adotada por uma resolução do Codefat. O conselho poderá ser convocado extraordinariamente até o início de fevereiro para discutir a proposta do ministério.

O artigo 476-A da CLT, que permite a interrupção temporária dos contratos, já estabelece dificuldades para demissão do trabalhador no período da suspensão e pelos três meses subsequentes. Além das indenizações previstas na CLT, o empregador tem de pagar uma multa fixada em convenção ou acordo coletivo do sindicato da categoria dos empregados. A multa não pode ser inferior a 100% do valor do último salário anterior à suspensão do contrato.

No entanto, esse período de três meses é fixo, não importando se a suspensão do contrato durou, por exemplo, o tempo máximo previsto na lei, que é de cinco meses. Os técnicos do Ministério do Trabalho acreditam que a equiparação do prazo de "garantia" do emprego e do período da interrupção do contrato permitirá uma compensação maior aos trabalhadores e também maior controle de eventuais abusos das empresas.

Essa e outras medidas poderão ser adotadas na regulamentação do mecanismo da suspensão do contrato de trabalho em acordo entre empresas e sindicatos de trabalhadores. A regulamentação foi

anunciada anteontem por Lupi. Segundo ele, é preciso apertar os controles para que não haja uma enxurrada de acordos desse tipo.

O governo teme o uso indiscriminado desse mecanismo porque ele pode ser bastante vantajoso para as empresas nesta época de crise. Durante a suspensão do contrato, a empresa ganha um alívio de caixa, ao deixar de pagar salários e encargos sociais, mas deve proporcionar aos trabalhadores um curso de qualificação profissional. Enquanto frequentam os cursos, os trabalhadores recebem do FAT de R\$ 415 a R\$ 776 por mês. Segundo Lupi, o governo também deve aumentar a fiscalização e criar maiores exigências quanto ao perfil e à qualidade desses cursos.

Fiesp e Força negociam formas de evitar cortes

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), **Paulo Skaf**, vai se reunir hoje pela manhã com a Força Sindical e um grupo de sindicalistas para discutir formas de conter as demissões. A principal proposta de Skaf será a redução da jornada de trabalho e dos salários. “Uma empresa com dificuldade de crédito e de contratos precisa cortar custos. Não adianta pagar os mesmos salários e diminuir as horas trabalhadas porque os custos vão continuar altos”, diz.

A reportagem é de Paula Pacheco e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 09-01-2009.

Em contrapartida, a Fiesp vai oferecer aos trabalhadores das empresas que aderirem à proposta de menor carga horária no mínimo 100 mil vagas nas escolas do Senai do Estado para cursos gratuitos.

“O tempo ocioso poderá ser aproveitado para estudar. Não é preciso flexibilizar nada, porque a lei que está aí possibilita que haja um acordo entre as empresas e os sindicatos para que seja adotada uma jornada menor”, afirma Skaf. A lei permite que a redução da carga horária chegue a 25%. A medida, segundo ele, pode servir como ação emergencial para evitar uma onda de demissões.

“Temos de acabar com essas discussões hipócritas, essa politicagem sobre flexibilização das leis trabalhistas. Este não é o momento”, comenta o presidente da Fiesp.

Skaf, porém, não aceita garantir o emprego dos trabalhadores que aderirem à redução de jornada e de salários. “Uma empresa paga as suas contas e não pode ser obrigada a nada”, defende. Mas esse será um dos principais pontos apresentados pela Força Sindical e pelos sindicatos de setores como o de metalurgia, têxtil, construção civil e alimentação.

De acordo com Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, tanto a entidade quanto a Força aceitam suspender temporariamente os contratos de trabalho. Em contrapartida, as empresas devem garantir que não vão demitir. “A suspensão do contrato é a última instância numa negociação, mas num momento como este pode ser a saída para manter o emprego”, avalia. No sindicato comandado por Torres, que engloba 260 mil trabalhadores, a estimativa é de que 10% do contingente perca o emprego no primeiro trimestre.

JUROS

Segundo Paulo Skaf, banqueiros e Banco Central deveriam sair do discurso e partir para a redução efetiva dos juros. “Esta seria a medida para de fato gerar emprego. Agora, se o governo continuar com esse juro absurdo, que assuma o papel de catalisador da crise. Esta taxa altíssima com a qual convivemos não veio com a crise, é bom lembrar”, opina.

Na reunião em Brasília na última quarta-feira, da qual participaram representantes de empresas, de bancos e do governo, o presidente do Bradesco, Marcio Cypriano, pediu a redução da taxa básica de juros para tentar minimizar os efeitos da crise. Henrique Meirelles, presidente do BC, devolveu a sugestão na mesma moeda e propôs a Cypriano que as instituições financeiras reduzam o spread bancário - diferença entre o juro real e o juro cobrado.

Fornecedor da Ford demite 200 em Feira

Luiz Souza e Donaldson Gomes | A TARDE

O anúncio de 200 demissões na unidade da Yazaki Autoparts do Brasil, em Feira de Santana, responsável pela produção de componentes elétricos para os veículos da Ford, é um indicativo de que, apesar dos movimentos para adequar a produção de veículos à queda na demanda, novas ações serão necessárias para evitar perdas de postos de trabalho. A Yazaki, que produz exclusivamente para a montadora, acusou o golpe da queda de 15% na demanda por peças. A empresa confirmou através da assessoria de imprensa que precisa se adequar ao novo cenário. A assessoria disse ainda

que a empresa pretende manter suas atividades na Bahia e que está fazendo apenas uma reestruturação para enfrentar um novo cenário.

Os trabalhadores da unidade devem fazer uma manifestação nesta sexta-feira, 9, às 15 horas, em frente à sede da empresa em Feira de Santana, informa o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do município, Américo Caxixi. “Não basta apenas cortar custos, eles tem que ver o lado do trabalhador”, observa o sindicalista.

A montadora Ford continua garantindo que não pensa em demitir, apesar de reconhecer que no retorno das atividades após as férias coletivas ainda não percebeu a volta das boas condições de mercado. A solução para a manutenção dos empregos em Camaçari, sem que isso represente um aumento no número de carros encalhados, foi uma redução na produção.

Optou-se pela paralisação de 12 turnos de forma alternada, o que equivale a quatro dias sem produzir. Serão 3,6 mil carros a menos. O comunicado da empresa à imprensa dá conta que a “Ford continuará monitorando o desempenho das vendas de veículos no mercado brasileiro e dialogando constantemente com representantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, a fim de manter os níveis de produção adequados”.

SINDICATOS – A Ford foi forçada a rever suas estratégias de produção por conta da crise. Num cenário como este, os empregados da montadora e suas sistemistas, representados por sindicatos, temem que uma onda de desemprego se abata sobre o Complexo de Camaçari. O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim, observa que divergências começam a surgir, entre a Ford e seus empregados.

A atual frente de embate entre as partes é o pagamento dos períodos de paralisação, que somam quatro dias este mês. “Enquanto a empresa quer pagar aos trabalhadores apenas 50% do valor pelo tempo em paralisação, nós queremos 100%”, observa o sindicalista. Bonfim ainda acrescenta que a Ford estuda um novo período de férias coletivas em fevereiro, o que seria mais um ajuste a fim de operar em linha com a queda na demanda.

A montadora, através da sua assessoria de imprensa, diz que a informação de que poderia dar férias coletivas “não procede”. Quanto à remuneração do período de paralisação, a montadora informa que ainda não houve decisão a respeito. Ao contrário do que acontece com os trabalhadores da indústria de pneus, os trabalhadores da Ford não tem estabilidade temporária após férias coletivas.

PETROQUÍMICA – Os trabalhadores das indústrias química, petroquímica e plástica no Estado entraram em 2009 em clima de expectativa. Para eles, o ano vai depender do primeiro trimestre: “Se houver um cenário de recuperação, bom. Se não, vai ficar difícil manter os empregos”, disse Maurício Jansen, diretor de Estudos Estatísticos e Econômicos do Sindicato dos Químicos.

Segundo ele, a redução do ritmo de produção no fim do ano passado em torno de 45% foi superior à média, mas dentro da normalidade para o período. Apesar disso, lembra algumas empresas como a Braskem, que tinha planos para uma nova planta de polipropileno para este ano, em Camaçari, a Unigel, que demitiu 65 pessoas em dezembro, a Quattor, 8 pessoas, e a Mecanor Copenor, com outras 12, já iniciaram um processo de reestruturação no setor petroquímico da Bahia. A

TARDE/BA

[Mercado melhor faz VALE suspender férias coletivas de 450 em MG](#)

Reuters

RIO DE JANEIRO (Reuters) - Perspectivas mais otimistas com a demanda por minério de ferro fizeram a Vale suspender as férias coletivas programadas para os 450 funcionários da mina de Fábrica Nova, em Minas Gerais.

Segundo a assessoria, "houve uma mudança de cenário na demanda e não haverá mais necessidade de paralisação da unidade", reduzindo para 5.050 o número de empregados em férias coletivas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, de forma escalonada.

No final do ano passado, a Vale anunciou que colocaria 5,5 mil empregados em férias coletivas e demitiria 1.300 no mundo inteiro.

Nesta quinta-feira, sindicatos ligados à Vale e demais atividades econômicas afetadas pelas demissões feitas pela empresa em Minas Gerais realizam manifestação na cidade de Itabira, onde

segundo o coordenador da Coordenação Nacional de Lutas, uma das organizadoras, José Maria de Almeida, a Vale representa 80 por cento da economia local.

"A Vale não tem motivo para demitir, o próprio Roger (Agnelli, presidente da empresa) enche a boca para falar que tem 15 bilhões de dólares em caixa, porque o trabalhador é que tem que pagar?", protestou.

Depois de manifestações pela manhã, que reuniram cerca de 200 pessoas em frente à mina da Conceição, Almeida disse esperar reunir entre 3 e 4 mil pessoas nas manifestações da tarde, que vão incluir sindicatos ligados a outras atividades, como empreiteiras.

"Em Itabira a Vale demitiu 76 empregados, mas as empreiteiras que servem a ela demitiram mil empregados, temos que fazer alguma coisa", explicou o sindicalista, que pretende se reunir com a empresa na próxima semana.

Ele disse que a Vale prometeu uma reunião na próxima semana para apresentar uma proposta aos sindicatos. As reivindicações dos trabalhadores são retorno dos demitidos, manutenção dos salários e dos empregos.

A Vale informou que vem se reunindo regularmente com os sindicatos. A assessoria da empresa disse que o número de demissões em Itabira foi de 62, e não de 76 pessoas como informou o sindicalista, e destacou que mesmo com as demissões o número de empregados da companhia na cidade passou de 2.823 em janeiro de 2008 para 3.125 em dezembro de 2008.

"Aumentamos em 279 o número de empregados, não podemos ser responsabilizados pelo ajuste de outras empresas", disse uma assessora à Reuters pelo telefone referindo-se às demissões das empreiteiras de Itabira.

Ela explicou que a Vale continua se esforçando para evitar novas demissões e não cancelou nenhum dos seus projetos.

"Como o presidente da empresa disse, pode variar o ritmo de implantação dos projetos, mas nada foi cancelado", afirmou a assessora.

A Vale planeja investir 14,2 bilhões de dólares em mais de 30 projetos em 2009, sendo 70 por cento desse total no Brasil.

ABRIL

[Para sindicatos, sistema de aposentadoria em 30 minutos é restrito a minoria](#)

[Agência Brasil](#)

Desde segunda-feira (5/1), o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) está apto a conceder aposentadorias por idade em um único atendimento de até 30 minutos. Entretanto, segundo sindicatos de aposentados e de servidores do órgão, só uma minoria dos segurados que têm direito ao benefício e vai até a agência solicitá-lo consegue aposentar-se em meia hora.

De acordo com o secretário-geral do Sindnap (Sindicato Nacional dos Aposentados) no estado de São Paulo, Luiz Antonio da Silva, só em casos muito específicos, a aposentadoria sai na mesma hora.

Ele cita o caso dos trabalhadores que contribuíram para Previdência Social antes de 1994, que, mesmo seguindo os passos previstos - cumprir as exigências para aposentar-se por idade, agendar atendimento, ir até a agência do INSS - não conseguem o benefício durante a visita ao posto.

Silva explica as dificuldades acontecem porque o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), usado como base para a concessão da aposentadoria mais rapidamente, só contém dados coletados a partir de 1994. Por isso, qualquer outro emprego e contribuição feita antes desse período têm de ser comprovada da mesma forma que era feito antes da mudança no sistema de aposentadoria.

"A propaganda feita pelo governo é muito maior do que de fato a mudança representa", afirmou Luizão. "Se o universo conspirar a favor do cidadão, o novo sistema funciona. Se não conspirar, o novo sistema não muda em nada a concessão do benefício", opinou.

A diretora do Sinsprev (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência) no Estado de São Paulo, Gilceli Leite Lima, confirma a dificuldade.

Segundo ela, o novo sistema de aposentadoria entrou em vigor em 2009 justamente porque é neste

ano em que os primeiros dados sobre trabalho do CNIS completam 15 anos - exatamente o tempo mínimo de contribuição para o segurado ter direito a se aposentar por idade.

Gilceli reclama ainda da pressão que funcionários do INSS têm sofrido devido às mudanças. Ela afirmou que o instituto quer que a aposentadoria seja concedida rapidamente, incentiva os cidadãos a procurar as agências, mas não cria condições para um bom atendimento.

“Mudanças sempre causam dúvidas, mais pessoas vão às agências, e nós não recebemos nenhum treinamento”, afirmou.

A assessoria de imprensa do INSS em São Paulo informou que, no dia em que o sistema de concessão de aposentadorias em 30 minutos começou a funcionar, o número de pessoas que foi a agências do INSS do estado de São Paulo foi 20% maior que o normal. Segundo o órgão, no entanto, o aumento na procura dos postos não prejudicou os segurados, já que somente as pessoas que agendam a visita são atendidas.

Tendo em vista que algumas pessoas procuram as agências da Previdência apenas para tirar dúvidas sobre a aposentadoria depois da mudança, o INSS recomenda que os segurados entrem em contato com a Central de Atendimento, via telefone, antes de ir até um posto solicitar seu benefício.

O número da central é o 135 e as ligações feitas de telefones fixos e públicos são gratuitas.

Vitor Mallmann - Presidente da Quattor

Entrevista concedida à repórter Anna Lúcia França

São Paulo, 7 de janeiro de 2009 - Reunir os ativos de cinco companhias para formar uma única

grande petroquímica, com porte suficiente para competir em pé de igualdade com qualquer concorrente mundial. Esta foi uma das maiores tarefas do engenheiro químico Vitor Mallmann.

Nessa empreitada, apesar dos 25 anos de carreira e um profundo **conhecimento** do setor, ele

percebeu que obter o apoio de cada funcionário seria essencial. Arregaçou as mangas e nos

primeiros 15 dias visitou as dez fábricas da empresa. Falou aos funcionários sobre a necessidade de

engajamento de toda a organização, em todos os níveis, nesse projeto de criação de uma grande

petroquímica. O comprometimento obtido colocou de pé o projeto Quattor, que hoje reúne 1.750

funcionários, 10 fábricas, e possui um plano de investimento de R\$ 2 bilhões para a ampliação da capacidade de produção de resinas.

Mas nada se compara ao esforço que a empresa terá pela frente: se fortalecer como um competidor

mundial, apesar da crise, equacionando, inclusive, o aumento de produção em um momento de

queda de demanda. Além disso, terá de enfrentar uma queda de braço com a Petrobras, junto com a

rival Braskem, para conseguir uma nova fórmula de precificação da nafta, matéria-prima essencial

na produção de resinas, e que pode colocar o Brasil efetivamente no mapa **internacional** das

petroquímicas. A seguir trechos da entrevista.

Gazeta Mercantil - A consolidação das cinco empresas em uma única companhia já está concluída?

Vitor Mallmann - Estamos ainda no processo de consolidação de ativos, uma vez que a Quattor foi

criada em junho de 2008. Seja sob a ordem operacional seja sob a ordem societária. Mas já

operamos como uma empresa única por meio de três unidades de negócio, insumos intermediários, polipropileno e polietileno.

GZM - Qual foi o maior desafio nesse caminho?

Vitor Mallmann - A captura das sinergias que foram vislumbradas na criação da empresa. Estamos

unindo os cinco CNPJs e as operações. A Quattor ainda é uma holding, mas já evoluímos,

realizando oferta pública para aquisição de ações de minoritários da antiga Suzano Petroquímica.

Concluimos também a oferta pública para aquisição e fechamento de capital da Petroquímica

União. Ambos processos foram bem sucedidos. Hoje a Quattor Participação detém 98,7% da

Suzano e 99,2% Petroquímica União, dois movimentos fundamentais para termos o mesmo CNPJ

envolvendo todos os ativos.

GZM - Então 2008 foi um ano de preparação?

Vitor Mallmann - Eu diria que foi um ano de realização, porque cumprimos etapas que estavam

previstas desde o planejamento, seja da ampliação, seja do processo de consolidação societária, que

deve terminar com todos os ativos reunidos sob o mesmo CNPJ, com a consolidação da Quattor Petroquímica.

GZM - Com a formação da Braskem e da Quattor, o processo de consolidação do setor está concluído?

Vitor Mallmann - O processo de consolidação das petroquímicas acabou com a Jaboticaba, uma coisa que só tinha no Brasil. Claro que para implementação de uma nova indústria, em um curto espaço de tempo, foi criado um modelo societário atípico, várias empresas monoprodutoras, desintegradas. Por isso, fazia sentido ter três pólos produtivos São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul. Assim, em dez anos o Brasil alcançou uma posição de destaque na petroquímica mundial. Mas, a medida que houve uma liberalização comercial, se impôs um outro modelo, no qual a concorrência é a tônica. E, nesse modelo, escala e integração são fundamentais. Com isso, a consolidação deste setor está concluída sim. Agora há dois concorrentes com capacidades que os colocam em ranking internacional. Então, criamos a primeira condição para sermos competitivos, em uma primeira etapa em nosso mercado. Agora, para sermos competitivos em mercados distantes, preciso da equação da matéria-prima. Hoje só é possível defender o mercado interno, mas disputar o mercado externo ainda precisa de mais alguma coisa.

GZM - O que é preciso para ser competitivo lá fora?

Vitor Mallmann - Se o Brasil virar um novo Oriente Médio, como as pesquisas do Pré-sal sinalizam, tornando-se exportador líquido, pode criar condições para uma petroquímica exportadora. O que não é o modelo de hoje. Se a matéria-prima está precificada com base nas cotações internacionais, não temos nenhuma vantagem para levar produto para lá.

GZM - E como estão as negociações sobre a nova fórmula de precificação da nafta?

Vitor Mallmann - No momento ainda não conseguimos formatar uma nova fórmula. Estamos com a mesma de antes, ou seja, a nafta referenciada ao preço de comercialização na Europa, o mercado ARA (Antuérpia, Roterdã, Amsterdã), e continuamos discutindo com nosso fornecedor, a Petrobras, uma nova maneira de capturar a dinâmica de mercado que se faz necessária por mudança de perfil. A referência era válida quando o Brasil era importador, mas hoje tem auto-suficiência. A fórmula precisa fazer sentido tanto para o produtor da matéria-prima como para consumidores para ser competitivo. Por que o Oriente Médio investe em capacidade de exportação? Porque tem uma equação da matéria-prima que permite.

GZM - E o cenário mundial permite isso?

Vitor Mallmann - O mercado externo já começa a dar sinais de recuperação. Estamos fazendo um esforço de exportação justamente para manter nossas unidades operando a plena carga. Fizemos paradas para manutenção e ampliações no Pólo Petroquímico do ABC. Posteriormente, paralisamos Rio de Janeiro e Camaçari para ajustes de estoques. Depois retomamos operações e já estamos com esforços de exportações para poder manter o nível de operação.

GZM - Quanto vocês investiram em aumento de capacidade?

Vitor Mallmann - Estamos concluindo um programa de R\$ 2 bilhões em investimentos, com ênfase no Pólo Petroquímico do ABC Paulista, para ampliar a capacidade na central de matérias-primas, antiga Petroquímica União, em 40%, com adicional de 200 mil toneladas de etileno. Estamos partindo para uma nova unidade de polietileno que produzirá 230 mil toneladas. Também concluímos a ampliação de polipropileno, com mais 90 mil toneladas, e da unidade de PP do Rio de Janeiro, com mais 100 mil toneladas. Mais 100 mil toneladas de cumeno (matéria-prima para produção de nylon), o que representa um aumento de 50% na produção. Grosso modo, estamos colocando no mercado mais 420 mil toneladas de resinas em 2009.

GZM - A crise financeira prejudicou esse processo de investimento e expansão?

Vitor Mallmann - Fizemos tudo dentro do planejado. Já tínhamos preparado a obtenção de recursos previamente. Para as ofertas públicas, as captações foram feitas no mercado financeiro. Já o investimento produtivo tem parceria com o BNDES, que entra com R\$ 1 bilhão.

GZM - Com todas as mudanças econômicas, quais os planos da Quattor para 2009?

Vitor Mallmann - Queremos concluir o processo de consolidação organizacional e capturas de sinergias e, ao mesmo tempo, realizar o potencial das ampliações, colocando no mercado esse

adicional de produção. Nossa visão é que, em 2009, há um cenário bastante interessante nas chamadas poliolefinas (polietileno e polipropileno). Apesar de as coisas estarem meio nebulosas, a partir de março há possibilidade de retomada da demanda brasileira, porque o grau de importação chegou a 20% da demanda brasileira e a variação cambial muda esse equilíbrio de forças. Nossa expectativa é recuperar esse mercado ocupado pelas importações. Assim, temos cenário com duas tendências: uma negativa, relacionada a uma menor demanda agregada, e uma oportunidade de recuperar mercado perdido.

GZM - Vocês terão de fazer novos ajustes de produção e de pessoal?

Vitor Mallmann - Não, o ajuste foi feito com férias coletivas nas duas unidades e agora estamos operando dentro da normalidade. Mas certamente esses níveis de produção tem como premissa o escoamento de produto, por isso estamos fazendo esforço de exportação para colocar a produção no mercado internacional.

GZM - E como está a concorrência internacional?

Vitor Mallmann - O mercado externo já tinha previsão de entrada em operação de novas unidades no Oriente Médio, especialmente no primeiro semestre de 2009. O que não estava previsto era a reversão da expectativa da demanda global. Então, 2009 será um ano disputado. Várias ampliações buscando colocação no mercado e vamos entrar nessa disputa. Para isso, a condição crítica é a matéria-prima para entrar em mercados que não são nossos. Nosso mercado natural está mais ligado à América do Sul. Teremos de fazer exportações para outras regiões e concorrer com produtores do Oriente Médio. Por outro lado, se houver queda do preço da energia, melhora a competitividade relativa da produção brasileira. Em um cenário de excedente de produção, é preciso ter certeza de que estou competindo em condição de igualdade e não com concorrência desleal. Queremos disputar, mas que a concorrência se dê em condições de igualdade, sem dumping.

GZM - Mas o presidente da Petrobras brincou no final do ano passado dizendo que, mesmo com o preço atual da nafta, as petroquímicas continuam comprando?

Vitor Mallmann - Eu disse a ele que há controvérsia (risos). O que observamos é que houve uma queda na relação entre o preço do brent e da nafta, que normalmente oscila em torno de 9 e já chegou a bater 5,5. Isso pode ter acontecido por queda da demanda e não redução do preço.

GZM - Mas a oscilação dos preços do petróleo impacta diretamente na formação do preço da resina?

Vitor Mallmann - A formação do preço da resina tem dois grandes componentes, um é o equilíbrio entre oferta e demanda e o outro está ligado aos preços da matéria-prima. O que está acontecendo é que, com esse excedente de oferta, os preços internacionais estão caindo, tanto na resina quanto na nafta.

GZM - Como o Sr. avalia a intenção da Petrobras de equalizar as duas petroquímicas, da qual a estatal é sócia?

Vitor Mallmann - Nós disputamos o mercado de poliolefinas, com uma capacidade instalada de 40%, o que faz com que tenhamos um relativo equilíbrio. O que faz com que essa declaração seja positiva e natural, de um acionista que tem elevada expectativa quanto ao desempenho de nossa empresa. O que aumenta a nossa responsabilidade de conduzir a empresa neste sentido.

GZM - Quanto vocês exportam?

Vitor Mallmann - Nossa exportação é da ordem de 250 mil toneladas/ano. Devemos dobrar isso, mesmo com o cenário nebuloso. Entre os mercados estão América do Sul, mercado natural, Europa e África Costa ocidental.

GZM - A Quattor tem intenção de participar do Comperj?

Vitor Mallmann - Avaliamos essa alternativa de participação junto com a Petrobras, mas levando em conta o cenário atual. Nesse momento é preciso clarear as tendências de médio prazo para retomarmos as discussões.

GZM - Quais os desafios para implantação do Comperj?

Vitor Mallmann - Ser competitivos nos mercados alvos deste projeto, que transcendem o mercado natural. A produção de poliolefinas ao final da ampliação da Quattor deve totalizar algo como 5 milhões de toneladas. O Comperj seria 1,6 milhão num único step. Tem mercado para isso, mas

depende de preço. Se tiver preço competitivo eu disputo. Claro que desloco alguém, é a lei darwinista.

GZM - Vocês suspenderam algum investimento?

Vitor Mallmann - Nosso grande programa de investimento estava em conclusão. Então estamos fazendo nosso dever de casa de concluir o que estava em andamento e não fazer nada além.

GZM - Como foi juntar empresas com culturas tão diferentes?

Vitor Mallmann - Tivemos de construir uma visão de futuro comum que mobilizasse todos os colaboradores, com objetivo de tornar a Quattor uma empresa sólida e admirável. Claro que o histórico de vitória de cada empresa deve ser preservado, mas é apenas uma etapa rumo a uma empresa de maior presença de mercado. Por isso, um dos maiores processos foi desenvolver uma visão estratégica que unificasse a equipe, propondo aos trabalhadores que façam parte de uma empresa mais atraente que às originais. Uma cultura Quattor, sem matar o sucesso das empresas que nos trouxeram até aqui.

GZM - É diferente de uma aquisição?

Vitor Mallmann - Sim, porque quando um compra o outro há uma cultura dominante. No nosso caso, temos cinco empresas e o que vai resultar a Quattor é muito diferente do que era cada uma delas. Queremos construir a cultura Quattor, fortemente voltada para resultados. E, como não há uma cultura dominante, cada um pode participar.

GZM - E como fazer para que as pessoas se envolvam e ainda dar retorno para o acionista?

Vitor Mallmann - Meu trabalho principal é fazer com que essa visão que emana do acionista permeie toda a organização, porque no fundo temos de formar um time. E um time tem uma visão comum compartilhada. Tem um trabalho técnico que define como a organização tem de ser e outro motivacional para disseminar valores que é muito forte. Tivemos dois grandes trabalhos, capturar sinergias, que tem mais a ver com o dia-a-dia, e um projeto futuro, que pensa na Quattor pelos próximos quatro anos.

GZM - A empresa conseguiu crescer nesse meio tempo?

Vitor Mallmann - Nosso resultado foi impactado fortemente pela questão cambial. Temos cerca de US\$ 650 milhões em endividamento. No total, a dívida chega a R\$ 6 bilhões, parte disso está relacionada às ampliações, e à medida que começamos a rodar as plantas obteremos resultados dos investimentos. Em termos operacionais conseguimos divulgar algumas melhorias com maior regularidade do craker no Rio de Janeiro, especialmente na Rio Polímeros, operando superiores a 85% e 90%, o que é positivo. Mas a tendência de mercado não é tão favorável.

GZM - Qual a visão da Quattor para o mercado brasileiro?

Vitor Mallmann - Nossa visão para 2009 é de crescimento de 3%, entretanto, vislumbramos uma recuperação de market share, porque 20% da demanda nacional vinha sendo ocupada por importações e achamos que há espaço de crescimento para as vendas da Quattor.

GZM - A meta do faturamento de R\$ 9 bilhões será atingida?

Vitor Mallmann - Ainda estamos concluindo nosso programa orçamentário para 2009 já dentro desse novo cenário de petróleo e de mercado, mas ainda não fechamos.

GZM - Como vê o déficit da indústria química? Ele deve recuar com a mudança do dólar?

Vitor Mallmann - A indústria química é um conjunto razoavelmente heterogêneo e quando se olha o déficit na balança comercial da química em setores tão dispares como fertilizantes, defensivos agrícolas, fármacos, que estruturalmente são deficitários, e resinas, que tradicionalmente são neutros ou superavitários. Este ano foi atípico, porque o dólar ficou abaixo e tivemos paradas programadas em três dos quatro pólos petroquímicos, que impactaram. Por isso não há como falar que é um setor deficitário.

GZM - Há planos de investimentos externos assim como faz a Braskem na Venezuela?

Vitor Mallmann - Para atender o mercado natural, que é América do Sul, num horizonte de cinco anos, nós entendemos que nossa produção é suficiente e competitiva a partir do Brasil.

[Analistas descartam ações de petroquímicas em 2009](#)

Ano será de redução nas margens das petroquímicas, que deverá durar até 2011 ou 2012

André Magnabosco - AE

A indústria petroquímica nacional ingressa em 2009 com as mesmas incertezas que a crise econômica gerou para os demais setores, porém há fatores específicos que engrossam a lista de preocupações desse segmento e ampliam as dúvidas quanto ao desempenho do setor neste ano. Além da redução da demanda causada pelo agravamento da crise mundial e a variação do câmbio, fatores determinantes para todas as indústrias brasileiras, outras duas variáveis devem ditar o ritmo de negócios das petroquímicas brasileiras: variação do preço do petróleo e aumento da oferta mundial de petroquímicos. Essa combinação de fatores, aliada ao início do ciclo de baixa da petroquímica mundial, leva analistas a descartarem as ações do setor como um investimento atrativo para este ano.

O ano de 2009 dará início a um período de redução nas margens das petroquímicas que deverá durar até 2011 ou 2012, segundo previsões de analistas e direção de grandes empresas brasileiras, Braskem e Unipar. Esse cenário, considerado preocupante mas já previsto pelo mercado, ficou ainda mais adverso com o agravamento da crise da economia mundial. A redução da atividade econômica global resultou em retração na demanda por petroquímicos básicos e resinas termoplásticas. Para fazer frente à nova conjuntura do mercado, as duas companhias anunciaram medidas de redução de produção.

A Braskem paralisou duas de suas quatro linhas de produção de eteno. Com isso, passou a operar com 55% da capacidade instalada. A decisão também se refletiu no volume de produção de polietilenos (PE) e de polipropileno (PP). A Quattor, empresa controlada pela Unipar, por sua vez, concedeu férias coletivas temporárias a funcionários de unidades de PP. As medidas visam a contribuir para a redução nos níveis dos estoques na cadeia.

Aumento da oferta

Mas essas medidas podem ter impacto limitado diante do cenário de aumento de oferta que se desenha, tanto no Brasil quanto no exterior. Em território brasileiro, a capacidade de produção de petroquímicos básicos (casos de eteno e propeno) crescerá com a conclusão da expansão da Petroquímica União (PQU), empresa que compõe a Quattor. Juntamente a essa expansão, haverá aumento de oferta de polietilenos (pela Polietilenos União) e polipropileno (Quattor Petroquímica). Além disso, a Braskem realizou paradas para manutenção nas duas centrais petroquímicas ao longo de 2008 e já opera com níveis mais altos de produtividade.

No mercado internacional, o aumento de capacidade ocorrerá principalmente no Oriente Médio e na Ásia, onde a oferta de eteno deverá crescer de 8 milhões a 10 milhões de toneladas entre 2009 e 2010, segundo estimativa da Bradesco Corretora. E esse aumento da capacidade mundial, de aproximadamente 7%, chegará em um momento de crise. "O que era para ser um ciclo de baixa suave deve ser um ciclo de baixa entre os mais profundos dos últimos tempos", afirma o analista Auro Rozenbaum, da Bradesco, para quem este não é o momento de se investir no setor.

Outro agravante, continua Rozenbaum, é o fato de a oscilação das ações das petroquímicas estar fundamentada no cenário de negócios do setor, e não na evolução do Ibovespa. "Tradicionalmente, as ações acompanham os ciclos, por isso não é hora para o setor agora", diz. O cenário deve começar a melhorar apenas a partir de 2010, dizem os analistas que acompanham o setor.

Para fazer frente às dificuldades previstas no novo ciclo de baixa, a petroquímica brasileira ganhou novas formas: a Braskem adquiriu os ativos petroquímicos do grupo Ipiranga e a Unipar uniu suas empresas com atuação nesse segmento com a Petrobras, que havia comprado a Suzano Petroquímica, criando a Quattor. Em seguida, Braskem e Quattor intensificaram negociações com a Petrobras para que a estatal revisse sua política de preços - a Petrobras é a única fornecedora nacional de nafta, insumo que dá origem aos petroquímicos básicos. Mas as empresas ainda não chegaram a um consenso.

Preços

A principal crítica ao modelo adotado pela Petrobras é a demora com que os preços internos se ajustam aos valores praticados no exterior, uma vez que a estatal leva um mês para repassar as variações da nafta registradas no mercado europeu. E como os preços estão em queda, os

fabricantes brasileiros têm operado com custo de produção superior ao dos concorrentes de outras regiões do mundo.

A mesma tendência de queda de preços é vista nas resinas. Por isso, espera-se que fábricas menos competitivas não consigam se manter em operação. "As novas unidades vão fechar a produção das pequenas fábricas", destaca Rozenbaum.

A derrocada nos preços das resinas, além de refletir os novos valores do petróleo e da nafta - cujos preços caíram de mais de US\$ 1.100 em julho para menos de US\$ 300 este mês na Europa -, também confirma a retração do consumo mundial. "A demanda se contraiu e novos ajustes de preços devem ocorrer em 2009", afirma o analista-chefe da Link Investimentos, Andres Kikuchi. Segundo projeções da Tendências Consultoria, o consumo aparente de resinas termoplásticas no Brasil deve apresentar crescimento de 4,2% em 2009 sobre 2008, ritmo três vezes inferior ao registrado este ano, quando o consumo deve registrar alta de 12,4%.

Em contrapartida, a valorização do dólar sobre o real beneficia as petroquímicas. As exportações se tornam mais competitivas e as importações, menos atrativas. Mas isso não significa que os transformadores plásticos deixarão de comprar resinas no exterior, segundo Kikuchi. "O mercado brasileiro é atrativo, e mesmo com um real mais fraco, os produtos importados são muito competitivos", diz. Devido à retração da demanda mundial, é provável que as petroquímicas estrangeiras olhem para o Brasil como um novo mercado para seus produtos.

Para os analistas que acompanham o setor, a melhor opção no mercado de capitais são as ações da Braskem. "O momento do setor não é benéfico para 2009, mas para quem deseja uma carteira diversificada, a Braskem é uma opção", afirma o analista da Coinvalores, Marco Saravalle. "Entre Unipar e Braskem, preferimos a segunda, em função do porte da empresa e da posição de liderança no mercado local", destaca a Fator Corretora em relatório.

Ultrapar

A outra empresa do setor químico com ação listada na Bolsa de Valores de São Paulo é a Ultrapar, que em menos de 20 meses, a partir de março de 2007, adquiriu a rede de combustíveis da Ipiranga e a marca Texaco. Com isso, tornou-se vice-líder de um mercado no qual não atuava até então. "Essas aquisições dão estabilidade de fluxo de caixa à companhia, que passa a ter um novo panorama", ressalta Kikuchi.

Além de ser uma empresa com receita líquida anual de quase R\$ 30 bilhões, a Ultrapar atua em segmentos promissores, como a distribuição de combustíveis e GLP. "A Ultrapar vai ter sempre um crescimento mais gradual, mas um crescimento mais esperado", afirma o analista da Link. Em momentos de incertezas, empresas mais previsíveis são mais bem vistas pelos investidores. Apesar disso, Saravalle, da Coinvalores, não acredita que as ações da Ultrapar sejam um bom investimento em 2009. Como grande parte da receita é proveniente da venda de combustíveis, a desaceleração nos indicadores de vendas de automóveis pode repercutir negativamente nos papéis. "No curto prazo, há um fator de redução nas vendas, mas a Ultrapar é um ativo interessante no longo prazo, após 2009", destaca.

Essa reportagem foi originalmente publicada no [AE Empresas e Setores](#), serviço de informações e análises sobre o setor corporativo da Agência Estado.

[TJ-ES exonera 13 servidores ligados aos juízes acusados de vender sentenças](#)

De acordo com a Folha de S. Paulo, o TJ-ES (Tribunal de Justiça do Espírito Santo) anunciou nesta quarta-feira (7/1) a demissão de cargos comissionados de parentes e pessoas supostamente ligadas a desembargadores acusados de participação em um esquema de venda de decisões judiciais. Em dezembro, a Polícia Federal prendeu três desembargadores, dois advogados, um juiz e uma servidora do tribunal, todos investigados no caso. Pelo menos 13 servidores foram exonerados e terão de retornar às suas funções de origem — em sua maioria, eles são funcionários efetivos.

SITE ULTIMA INSTÂNCIA

Empresa deve indenização por danos morais de R\$ 4 mil a empregado demitido

A 1ª Câmara do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região deu provimento a um recurso de um trabalhador e condenou uma indústria de produtos alimentícios de Ribeirão Preto a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 4 mil. A empresa demitiu trabalhador mas não pagou as verbas rescisórias, apesar de reconhecer, inclusive na contestação ao pedido, que elas eram devidas. O trabalhador também não teve acesso a homologação da rescisão do contrato de trabalho, o que impediu o reclamante de levantar os depósitos do FGTS. Desempregado e sem dinheiro, ele deixou de honrar seus compromissos financeiros e teve vários cheques devolvidos por insuficiência de fundos, tendo seu nome incluído nos cadastros da Serasa.

Fonte: Valor Econômico.